

Boaventura de Sousa Santos (org.)

**Democratizar
a democracia:
os caminhos da
democracia participativa**



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2002

COPYRIGHT © 2002 by Boaventura de Sousa Santos

CAPA
FBA. Ferrand, Bicker & Associados

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D45 Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa / Boaventura de Sousa Santos, organizador. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
. – (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 1)

Inclui bibliografia
ISBN 85-200-0594-2

1. Globalização – Aspectos sociais. 2. Problemas sociais. 3. Democracia. I. Santos, Boaventura de Sousa, 1940- . II. Série.

CDD – 303.482
CDU – 316.42

01-1863

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Proibida a venda desta edição para Portugal e resto da Europa.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 20921-380
Telefone (21) 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Impresso no Brasil
2002

Sumário

INTRODUÇÃO GERAL À COLEÇÃO 13

Boaventura de Sousa Santos

1. OS PRESSUPOSTOS E OS DESAFIOS 14
2. A RENOVAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS 18
3. A REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL 22
4. CONCLUSÃO 25

PREFÁCIO DO VOLUME 1 29

INTRODUÇÃO

Para ampliar o cânone democrático 39

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer

1. A CONCEPÇÃO HEGEMÔNICA DA DEMOCRACIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX 43
2. AS CONCEPÇÕES NÃO-HEGEMÔNICAS DA DEMOCRACIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX 50
3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO SUL NO SÉCULO XXI 55
4. AS VULNERABILIDADES E AMBIGÜIDADES DA PARTICIPAÇÃO 59
5. AS POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO 65
6. CONCLUSÃO 71
- 6.1. TESES PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 77

MOVIMENTOS SOCIAIS E ASPIRAÇÃO DEMOCRÁTICA 83

CAPÍTULO 1

Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa 85

D. L. Sheth

INTRODUÇÃO 87

1. OS MICROMOVIMENTOS 88
2. O DISCURSO DA GLOBALIZAÇÃO 91
3. O CONTRADISCURSO DOS MOVIMENTOS 94
4. O DISCURSO GLOBAL DOS PROTESTOS 99
5. A NOVA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS 102
6. REPOLITIZAR O DESENVOLVIMENTO 103
7. REINVENTAR A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 110
 - 7.1. A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A TEORIA POLÍTICA 110
 - 7.2. A POLÍTICA DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DOS MOVIMENTOS 113
8. CONCLUSÃO 125

CAPÍTULO 2

O reinventar da democracia participativa na África do Sul 133

Sakhela Buhlungu

INTRODUÇÃO 135

1. A TRADIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ÁFRICA DO SUL 138
2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS PELA CLASSE OPERÁRIA 145
 2. 1. INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS 146
 2. 2. INFLUÊNCIAS TRADICIONAIS 149
 2. 3. EXPERIÊNCIA EM ORGANIZAÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS 150
 2. 4. CLUBES OU "SOCIEDADES" DE APOIO MÚTUO 150
 2. 5. LUTAS ESTUDANTIS 151
 2. 6. EXPERIÊNCIA SINDICAL ANTERIOR 152
 2. 7. MOVIMENTOS POLÍTICOS E CÍVICOS 152
 2. 8. COMITÊS DE LIGAÇÃO 153
 2. 9. EXPERIÊNCIAS NEGATIVAS DO AUTORITARISMO DO APARTHEID 153
 - 2.10. O MEDO DA REPRESSÃO 154
 - 2.11. CONTRIBUIÇÃO DOS INTELLECTUAIS PARA A EMERGÊNCIA DO SINDICALISMO DEMOCRÁTICO 155
3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO 156
4. O DECLÍNIO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DURANTE A TRANSIÇÃO PARA UMA SOCIEDADE PÓS-APARTHEID 159
5. EM DIREÇÃO A UMA TRADIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA 165

CAPÍTULO 3

A política do reconhecimento e da cidadania no Putumayo e na Baixa Bota Caucana: o caso do movimento *cocalero* de 1996 171

María Clemencia Ramírez

INTRODUÇÃO 173

1. CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DAS MARCHAS COCALERAS DE 1996 176
2. AS FORÇAS MILITARES E A OPERAÇÃO CONQUISTA 177
3. "SAÍMOS VOLUNTARIAMENTE OBRIGADOS": AS FARC E O MOVIMENTO CÍVICO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO PUTUMAYO NA ORGANIZAÇÃO DAS MARCHAS COCALERAS 180
4. AS JUNTAS DE ACÇÃO COMUNAL COMO REDE PARA A ORGANIZAÇÃO DAS MARCHAS E A SUA RELATIVA AUTONOMIA EM RELAÇÃO ÀS FARC 185
5. A NEGOCIAÇÃO: UM ESPAÇO PARA CONFRONTAR IDENTIDADES E SOLICITAR O RECONHECIMENTO DA SUA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA E DESLOCAÇÕES 189
6. A AMBIVALÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO ESTADO FACE AO MOVIMENTO COCALERO E A ASSINATURA DO ACORDO INICIAL 193
7. À PROCURA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA E DO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 197
8. CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA LOCALIDADE 204
9. À PROCURA DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA 207

CAPÍTULO 4

Emancipação social em um contexto de guerra prolongada: o caso da Comunidade de Paz de San José de Apartadó, Colômbia 217

María Teresa Uribe de H.

INTRODUÇÃO 219

1. O CONTRAPONTO SOBERANIA EM PERIGO / AUTODETERMINAÇÃO SOCIAL 220
2. SAN JOSÉ DE APARTADÓ NO CONTEXTO REGIONAL DO URABÁ — UMA TRADIÇÃO DE REFÚGIO E RESISTÊNCIA 225
3. SAN JOSÉ DE APARTADÓ — UMA HISTÓRIA DE REBELDIA, RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL 230
 3. 1. O ITINERÁRIO TRÁGICO DA DECLARAÇÃO DE COMUNIDADE DE PAZ 233
4. A "COMUNIDADE DE PAZ": UM PACTO FUNDADOR 242
 4. 1. A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA PRODUÇÃO 242
 4. 2. AS REFERÊNCIAS POLÍTICAS DA DECLARAÇÃO DA COMUNIDADE DE PAZ 244
 4. 3. OS FUNDAMENTOS ÉTICOS DO PACTO 245
 4. 4. AS DECISÕES RACIONAIS, VOLUNTÁRIAS E PÚBLICAS 247
 4. 5. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA COLETIVIDADE 248

CAPÍTULO 5

“Casas decentes para o povo”: movimentos urbanos e emancipação em Portugal 255

João Arriscado Nunes e Nuno Serra

INTRODUÇÃO 257

1. OS INTELECTUAIS, OS CONHECIMENTOS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA 259
2. A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974-75 E O CONTEXTO DA OPERAÇÃO SAAL 262
3. A EXPERIÊNCIA DO SAAL/NORTE: A LUTA PELA HABITAÇÃO EM UM PERÍODO DE REVOLUÇÃO 266
 3. 1. UMA RUPTURA COM O PASSADO 266
 3. 2. UMA CONVERGÊNCIA DE ATORES E DE DINÂMICAS 267
 3. 3. OBJETIVOS E LÓGICAS OPERATIVAS DO SAAL 276
 3. 4. O SAAL ENQUANTO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL E DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 279
 3. 5. A EXTINÇÃO DO PROCESSO SAAL 282
4. A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO E DO SAAL/NORTE: UM RECURSO PARA A REINVENÇÃO DA PARTICIPAÇÃO? 284

INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS 295

CAPÍTULO 6

Tribunal Constitucional e emancipação social na Colômbia 297

Rodrigo Uprimny e Mauricio García-Villegas

INTRODUÇÃO 299

1. DEBATE TEÓRICO 300
2. AS RAZÕES DO ATIVISMO PROGRESSISTA DO TRIBUNAL 305
3. CASOS 310
 3. 1. O MOVIMENTO INDÍGENA 310
 3. 2. O MOVIMENTO SINDICAL 313
 3. 3. OS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS 315
 3. 4. O TRIBUNAL E OS DEVEDORES HIPOTECÁRIOS (UPAC) 317
4. POTENCIAL EMANCIPATÓRIO DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL 320
 4. 1. A EFICÁCIA DAS DECISÕES PROGRESSISTAS DO TRIBUNAL 320
 4. 2. O ATIVISMO JUDICIAL COM POTENCIAL EMANCIPATÓRIO 322
 - 4.2.1. O TRIBUNAL: TIPOS DE DECISÃO 323
 - 4.2.2. O CONTEXTO DA DECISÃO: OS CUSTOS POLÍTICOS 325
 - 4.2.3. OS RECEPTORES DA DECISÃO: VISÃO DA ESTRATÉGIA JURÍDICA 327

4.2.4. O PESO RELATIVO DA ESTRATÉGIA JURÍDICA 327

4.2.5. A DIMENSÃO INTERNACIONAL 328

5. CONCLUSÕES 330

CAPÍTULO 7

O território como espaço de ação coletiva: paradoxos e possibilidades do “jogo estratégico de atores” no planejamento territorial em Portugal 341

Isabel Guerra

INTRODUÇÃO 343

1. O PLANEJAMENTO E A GESTÃO URBANA ENTENDIDOS COMO “JOGO ESTRATÉGICO DE ATORES” 343
 1. 1. O MAL-ESTAR DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS 343
 1. 2. CRISE DE LEGITIMIDADE E NOVAS FORMAS DE GOVERNO 345
 1. 3. A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA 346
 1. 4. O PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA COMO “JOGO ESTRATÉGICO DE ATORES” 347
 1. 5. OS PRESSUPOSTOS DAS FORMAS DE ANÁLISE DOS “SISTEMAS DE AÇÃO CONCRETOS” 348
2. GESTÃO PARTICIPADA DOS TERRITÓRIOS LOCAIS 351
 2. 1. ANOMIA OU AUMENTO DE REIVINDICAÇÃO? 351
 2. 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: MÉTODOS, RESULTADOS E INTERROGAÇÕES 354
 - 2.2.1. A ESTRATÉGIA DE ATORES DE M. GODET 355
 - 2.2.2. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA O PLANO ESTRATÉGICO DA REGIÃO DE LISBOA, OESTE E VALE DO TEJO 356
3. OS PARADOXOS E AS POSSIBILIDADES DA INTERVENÇÃO SOCIAL 365
 3. 1. EMANCIPAÇÃO *VERSUS* INTEGRAÇÃO 366
 3. 2. DE UMA DEMOCRACIA DE GESTÃO A UMA DEMOCRACIA DE PROJETO 368

CAPÍTULO 8

Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil 373

Maria Célia Paoli

INTRODUÇÃO 375

1. O LUGAR DA LEGITIMIDADE DA FILANTROPIA EMPRESARIAL: O DISCURSO DO TERCEIRO SETOR 380
2. AS TRANSFORMAÇÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL 385
3. AMBIGUIDADES E AMBIVALENCIAS 404

CAPÍTULO 9

Poder político e protagonismo feminino em Moçambique 419

Conceição Osório

INTRODUÇÃO 421

1. CONSTRUINDO UTOPIAS: OS PRIMEIROS QUINZE ANOS... 427
2. AS QUOTAS DA GLOBALIZAÇÃO E OS CONTEXTOS LOCAIS NO ACESSO DAS MULHERES AO PODER POLÍTICO. 430
3. REPRESENTAÇÃO DO PODER: DO IMAGINÁRIO COLETIVO E DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA 434
4. ALTERNATIVA(S) NA AÇÃO POLÍTICA OU CONSOLIDAÇÃO HEGEMÔNICA DO MODELO POLÍTICO? 437
5. CONCLUSÕES: AS DÚVIDAS 445

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM AÇÃO 453

CAPÍTULO 10

Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva 455

Boaventura de Sousa Santos

INTRODUÇÃO 457

1. A POLÍTICA URBANA: O CASO DE PORTO ALEGRE 458
 1. 1. A CIDADE DE PORTO ALEGRE 462
2. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE 465
 2. 1. INSTITUIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 467
 2. 2. O PROCESSO PARTICIPATIVO 471
 2. 3. A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DE INVESTIMENTO: METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA A TOMADA DE DECISÕES 486
3. A EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: SOBRE A APRENDIZAGEM DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 500
4. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: PARA UMA DEMOCRACIA REDISTRIBUTIVA 512
 4. 1. PARTICIPAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO 512
 4. 2. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E AS PESSOAS 516
 4. 3. AUTONOMIA E CO-GESTÃO 526
 4. 4. DA TECNOBUROCRACIA À TECNODEMOCRACIA 539
 4. 5. LEGITIMIDADES RIVALS: O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E A CÂMARA DE VEREADORES 541
5. CONCLUSÃO: ENTRE O PASSADO E O FUTURO 545

CAPÍTULO 11

Modelos de Deliberação Democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil 561

Leonardo Avritzer

INTRODUÇÃO 563

1. A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A EMERGÊNCIA DA INOVAÇÃO AO NÍVEL DA SOCIEDADE 569
2. INOVAÇÃO SOCIAL E A EMERGÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 572
3. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE E BELO HORIZONTE 576
 3. 1. PORTO ALEGRE 576
 - 3.1.1. PRIMEIRA RODADA DE ASSEMBLÉIAS REGIONAIS 577
 - 3.1.2. RODADA INTERMEDIÁRIA DE ASSEMBLÉIAS LOCAIS 578
 - 3.1.3. CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 579
 3. 2. BELO HORIZONTE 581
 - 3.2.1. CARAVANAS DAS PRIORIDADES 582
 - 3.2.2. FÓRUM DE PRIORIDADES REGIONAIS 582
4. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E A AMPLIAÇÃO DA SOBERANIA A NÍVEL LOCAL 583
5. PARTICIPAÇÃO, COMPLEXIDADE E MONITORAMENTO NO OP 589
6. INOVAÇÃO SOCIAL E AS FORMAS CONTRA-HEGEMÔNICAS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 592

CAPÍTULO 12

O perfil político e institucional da Democracia Participativa: lições de Kerala, Índia 599

Patrick Heller e T.M. Thomas Isaac

INTRODUÇÃO 601

1. DESAGREGANDO A DEMOCRACIA 604
2. OS LIMITES DA DEMOCRACIA EFETIVA NA ÍNDIA 606
3. DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM KERALA 609
4. A CAMPANHA POPULAR PELA DESCENTRALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO 613
 4. 1. INVERTENDO A SEQÜÊNCIA DAS REFORMAS DESCENTRALIZADORAS 615
 4. 2. O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 616
 4. 3. CONSTRUINDO O ENVOLVIMENTO CÍVICO 617
 4. 4. INSTITUCIONALIZAÇÃO 621
5. FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANEAMENTO DE PARTICIPAÇÃO 622
 5. 1. AS GRAMA SABHAS 623
 5. 2. COLETA DE INFORMAÇÃO LOCAL 624

5. 3. RELATÓRIOS E SEMINÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	625
5. 4. GRUPOS DE TRABALHO E PREPARAÇÃO DE PROJETOS	626
5. 5. DOCUMENTOS E COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO	627
5. 6. PROCEDIMENTOS FINANCEIROS	629
5. 7. SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	630
6. ANALISANDO A CAMPANHA DE FORMA CRÍTICA	631
6. 1. RECURSOS FINANCEIROS	631
6. 2. A FORMULAÇÃO DOS PLANOS	632
6. 3. REALIZAÇÕES FÍSICAS	634
6. 4. QUALIDADE DELIBERATIVA	635
6. 5. CORRUPÇÃO E NEPOTISMO	637
6. 6. PROMOÇÃO DA EQUIDADE	638
7. CONCLUSÃO	640
COMENTÁRIO GERAL	647
CAPÍTULO 13	
Para outras democracias	649
Emir Sader	
1. DEMOCRACIA LIBERAL: TRIUNFO E CRISE	651
2. DA RESISTÊNCIA A ALTERNATIVAS	655
3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E SEMIPERIFERIA	657
4. COLÔMBIA: ENTRE DOIS MUNDOS	661
5. MOÇAMBIQUE: A MULHER NA LUTA INSURRECIONAL E DEPOIS	666
6. BRASIL: PARA A SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO PODER	668
7. ÍNDIA E PORTUGAL: PARA UMA DEMOCRACIA LOCAL?	675

Introdução Geral à Coleção

Boaventura de Sousa Santos

A globalização neoliberal é hoje um fator explicativo importante dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, apesar de mais importante e hegemônica, esta globalização não é única. De par com ela e em grande medida por reação a ela está emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

Há, assim, uma globalização alternativa, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades. Esta globalização é apenas emergente, mas é mais antiga que a sua manifestação mais consistente até hoje, a realização do primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2001.

O tema desta coleção de livros é a globalização alternativa. Apresenta em sete livros os resultados principais de um projeto de pesquisa intitulado “Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos”. Realizado em seis países — África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal —, este projeto visou analisar iniciativas, organizações e movimentos progressistas em cinco domínios sociais: democracia participativa; sistemas alternativos de produção; multiculturalismo, justiça e cidadania culturais; luta pela biodiversidade entre conhecimentos rivais; novo internacionalismo operário. Além de estudos de cientistas sociais e de cientistas sociais-ativistas, foram recolhidas entrevistas com líderes e ativistas de movimentos sociais, um subprojeto a que foi dado o nome geral de *Vozes do mundo*.

Este projeto foi dirigido por mim com a colaboração de coordenadores de pesquisa em cada um dos seis países: Sakhela Buhlungu, na África do Sul, Maria Célia Paoli, no Brasil; Mauricio García Villegas, na Colômbia, Shalini Randeria e Achuyt Yagnik, na Índia; Teresa Cruz e Silva, em Moçambique e João Arriscado Nunes, em Portugal. Este projeto envolveu 69 pesquisadores e foram analisadas 60 iniciativas, movimentos ou organizações.

1. OS PRESSUPOSTOS E OS DESAFIOS

Os pressupostos deste projeto são fundamentalmente dois: um epistemológico e um sociopolítico. O pressuposto epistemológico é o de que a ciência em geral e as ciências sociais em especial atravessam hoje uma profunda crise de confiança epistemológica. As promessas que legitimaram o privilégio epistemológico do conhecimento científico a partir do século XIX — as promessas da paz e da racionalidade, da liberdade e da igualdade, do progresso e da partilha do progresso — não só não se realizaram sequer no centro do sistema mundial, como se transformaram, nos países da periferia e da semiperiferia — o que se convencionou chamar Terceiro Mundo —, na ideologia legitimadora da subordinação ao imperialismo ocidental. Em nome da ciência moderna destruíram-se muitos conhecimentos e ciências alternativas e humilharam-se os grupos sociais que neles se apoiavam para prosseguir as suas vias próprias e autônomas de desenvolvimento. Em suma, em nome da ciência cometeu-se muito epistemicídio e o poder imperial socorreu-se dele para desarmar a resistência dos povos e grupos sociais conquistados.

Esta epistemologia imperial consolidou-se a partir de meados do século XIX e dominou todo o século XX. Não é em si nenhuma novidade. O que há de novo hoje? Em primeiro lugar, é hoje mais do que nunca evidente que o universalismo da ciência moderna é um particularismo ocidental cuja particularidade consiste em ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam. Disso decorre a constatação de que houve e há outras ciências e outras modernidades não ocidentais e muitos outros conhecimentos que se validam por outros critérios que não o serem científicos ou serem modernos. A diversidade epistemológica do mundo é, assim, potencialmente infinita. Todos os conhecimentos são contextuais e o são tanto mais quanto se arrogam não sê-lo. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos, há

constelações de conhecimentos. No interior dessas constelações há hibridizações, mas estas, em vez de eliminarem as relações desiguais entre os poderes, contribuem muitas vezes para reforçá-las.

A desigualdade das relações consiste na capacidade de uma forma de conhecimento converter uma outra em recurso ou matéria-prima. As constelações de conhecimento no âmbito da biodiversidade são apenas a manifestação mais dramática de uma desigualdade epistemológica que atravessa todas as áreas temáticas abrangidas por este projeto de pesquisa.

O reconhecimento mesmo viciado de outros conhecimentos rivais é já uma manifestação da crise de confiança epistemológica. Mas há outras, das teorias da complexidade às teorias do caos, das situações de bifurcação à hipótese Gaia, das novas teorias quânticas à teoria dos campos mórficos que hoje mostram que o rigor e a verdade da ciência moderna eurocêntrica não é mais que o discurso do rigor e da verdade e que as distinções que o constituem, tais como as distinções sujeito/objeto, natureza/sociedade, não são mais que violências epistemológicas. Mostra-se também que a ciência moderna foi muito mais eficaz em ampliar a capacidade da ação humana do que em ampliar as conseqüências da ação humana. Por essa razão, as conseqüências da ação científica tendem a ser menos científicas que as ações que as causaram. À medida que os nexos de causalidade se volatilizam, o mundo enche-se paradoxalmente de conseqüências indesejadas de ações desejadas.

O que há, pois, de novo neste limiar de século é o reconhecimento de que há conhecimentos rivais alternativos à ciência moderna e de que mesmo no interior desta há alternativas aos paradigmas dominantes. Com isto, a possibilidade de uma ciência multicultural, ou melhor, de ciências multiculturais é hoje mais real do que nunca. Esta possibilidade não está, no entanto, igualmente distribuída pelas diferentes comunidades científicas. Ela é tanto mais vaga quanto mais dominante é a hegemonia do paradigma científico, com suas estritas e estreitas divisões disciplinares, suas metodologias positivistas que não distinguem objetividade de neutralidade, sua organização burocrática e discriminatória dos conhecimentos em departamentos, laboratórios e faculdades que reduzem a aventura do conhecimento a privilégios corporativos. Daí que seja precisamente no centro do sistema mundial, nos países centrais e centros hegemônicos de produção científica, que está hoje mais limitada a capacidade de verdadeira inovação científica. As idéias novas, sobretudo aquelas que procuram religar à ciência às suas promessas originais, raramente passam a barreira dos *referees* e das exigências do mercado livreiro.

Desta verificação nasce o primeiro desafio deste projeto. Este projeto foi concebido e executado fora dos centros hegemônicos de produção científica, por comunidades científicas da semiperiferia e da periferia do sistema mundial. Será esse fato suficiente para caucionar os objetivos renovadores deste projeto? Os cientistas sociais, uns mais relutantemente do que outros, são, em geral, herdeiros do paradigma científico hegemônico. Sendo assim, como poderão os cientistas que trabalham fora dos centros hegemônicos converter a sua excentricidade e relativa marginalidade em uma energia inovadora? E essa inovação deve limitar-se a construir novas epistemologias contra-hegemônicas ou tem potencial para transformar-se em uma nova hegemonia? E, neste último caso, essa nova hegemonia será melhor que a atual? De que ponto de vista? Para quem?

Antes de dizer como é possível responder a este desafio, detenho-me sobre o segundo pressuposto deste projeto que, como disse, é de natureza sociopolítica. Os êxitos da ciência moderna medem-se hoje cada vez mais pela capacidade desta em submeter mais relações sociais em mais regiões do mundo à lógica do capitalismo global. Trata-se de um longo processo histórico que desde o século XV até hoje teve muitas facetas e assumiu muitos nomes: descobrimentos, colonialismo, evangelização, escravatura, imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, modernização e, por último, globalização. O pressuposto deste projeto é, antes de mais, que a globalização não é algo radicalmente novo: significa uma expansão exponencial das relações transfronteiriças, umas voluntárias, outras forçadas, com a conseqüente transformação das escalas que têm dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura. Como sempre sucedeu na história do capitalismo moderno e em todas as formas anteriores de globalização centradas na Ásia, no Índico ou no chamado Oriente Médio, o que designamos por globalização são conjuntos de relações sociais desiguais, sendo por isso mais correto falar de globalizações, que de globalização. No âmbito deste projeto foi crucial a distinção entre globalização hegemônica, dominada pela lógica do capitalismo neoliberal mundial, e a globalização contra-hegemônica, as iniciativas locais-globais dos grupos sociais subalternos e dominados no sentido de resistir à opressão, à descaracterização, à marginalização produzidas pela globalização hegemônica.

Como disse, nada disto é radicalmente novo. O capitalismo moderno é na sua origem um projeto de vocação global que se desenvolveu sempre sob a forma de intensificação da globalização. Por outro lado, sempre houve resis-

tências a esse projeto tão dinâmico quanto predador, da revolta dos escravos às lutas de libertação nacional, das lutas operárias aos projetos socialistas, dos movimentos anarquistas ao Movimento dos Não-Alinhados. O que há, pois, de novo na situação em que nos encontramos? Em primeiro lugar, a intensificação exponencial das relações transfronteiriças e as novas tecnologias de comunicação e de informação produziram alterações profundas nas escalas espaciais e temporais da ação social. As longas durações históricas das tendências seculares estão hoje mais do que nunca sujeitas ao tempo instantâneo dos mercados financeiros, ao regresso do passado supostamente superado sob a forma de violência intergrupual, ao curto-circuito dos ciclos de ação política por via da explosão das unidades de decisão.

A turbulência nas escalas temporais é a contrapartida da turbulência nas escalas espaciais. O local é cada vez mais o outro lado do global e, vice-versa, o global é cada vez mais o outro lado do local. E o espaço nacional está se transformando na instância de mediação entre o local e o global. Mas, acima de tudo, da explosão das escalas resulta tanto a interdependência quanto a disjunção. Nunca foi tão profundo o sentimento de desconexão e de exclusão em relação às transformações que marcam o espaço e o tempo do mundo. Em outras palavras, nunca tantos grupos estiveram tão ligados ao resto do mundo por via do isolamento, nunca tantos foram integrados por via do modo como são excluídos.

Um segundo fator novo é a voracidade com que a globalização hegemônica tem devorado, não só as promessas do progresso, da liberdade, da igualdade, da não discriminação e da racionalidade, como a própria idéia da luta por elas. Ou seja, a regulação social-hegemônica deixou de ser feita em nome de um projeto de futuro e com isso deslegitimou todos os projetos de futuro alternativos antes designados como projetos de emancipação social. A desordem automática dos mercados financeiros é a metáfora de uma forma de regulação social que não precisa da idéia de emancipação social para se sustentar e legitimar. Mas, paradoxalmente, é dentro deste vazio de regulação e de emancipação que estão surgindo em todo o mundo iniciativas, movimentos, organizações que lutam simultaneamente contra as formas de regulação que não regulam e contra as formas de emancipação que não emancipam.

Disso resulta o segundo conjunto de desafios com que este projeto se defrontou. É possível unir o que a globalização hegemônica separa e separar o que a globalização hegemônica une? Residirá tão-só nisso a globalização

contra-hegemônica? É possível contestar as formas de regulação social dominante e a partir daí reinventar a emancipação social? Não será essa reinvenção apenas uma armadilha mais que a modernidade ocidental nos prepara no momento em que nos julgamos a sair dela? Qual a contribuição dos pesquisadores para enfrentar estes desafios? Estou hoje convencido de que foi fatal para a ciência moderna, e para as ciências sociais em especial, ter abandonado o objetivo da luta por uma sociedade mais justa. Com isso estabeleceram-se barreiras entre a ciência e a política, entre conhecimento e ação, entre a racionalidade e a vontade, entre a verdade e o bem que permitiram aos cientistas tornarem-se, com boa consciência, os mercenários dos poderes vigentes. É possível religar o que tem sido tão obstinadamente separado? É possível construir formas de conhecimento mais comprometidas com a condição humana? É possível fazê-lo de modo não eurocêntrico, e não disciplinar?

De pressupostos e desafios tão vastos não podiam resultar senão objetivos ambiciosos. Foram dois os objetivos principais deste projeto: contribuir para a renovação das ciências sociais; contribuir para a reinvenção da emancipação social. Os dois objetivos são de fato um só: a renovação científica que pretendemos não tem outro objetivo senão o de reinventar a emancipação social.

2. A RENOVAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A ciência da qual viemos é um conhecimento arrogante que só reconhece conhecimentos alternativos na medida em que os pode canibalizar; é uma atividade corporativamente autônoma que sabe usar a sua autonomia, tanto para se desvincular das lutas sociais e do exercício da cidadania, como para entrar em grandes contratos de consultoria mercenária. Em suma, as ciências sociais em que muitos de nós se treinaram são mais parte do problema com que nos defrontamos do que da solução que buscamos. Apesar destas dificuldades, os objetivos deste projeto assentam em algumas condições que lhe conferem consistência.

A primeira condição é geral: estamos em uma fase de transição paradigmática, de crise de confiança epistemológica, de crescente confrontação entre conhecimentos rivais. É grande a dissidência no interior do campo científico, propõem-se formas de ciência-ação, de ciência cidadã, de ciência po-

pular, investiga-se o caráter multicultural da ciência, propõem-se novas articulações entre a ciência e conhecimentos rivais. Ou seja, há campo para a inovação e para que a inovação não seja antecipadamente condenada ao fracasso.

A segunda condição é específica: neste projeto congregaram-se pesquisadores, cientistas sociais e cientistas-ativistas que têm se debatido, muitas vezes solitariamente, com os limites dos seus instrumentos analíticos, com a possível inutilidade do seu trabalho, quando não mesmo com a angústia de por vezes ter de vender o seu saber a interesses hegemônicos que o cobiçam e pagam bem por ele, ou de, pelo menos, para sobreviver, ter de assumir compromissos que traem os seus ideais de autonomia ou de solidariedade política com as lutas sociais dos oprimidos.

Por outro lado, trata-se de cientistas sociais que, na sua maioria, são originários de e trabalham em países semiperiféricos. Esta escolha não foi feita ao acaso. Baseou-se em vários fatores. Estou convencido de que as chamadas novas interdependências criadas pelo capital informacional e comunicacional, longe de terem eliminado as hierarquias do mundo, aprofundaram-nas. Os nomes que usamos para definir essa hierarquia são importantes — países desenvolvidos e em desenvolvimento, países do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo, Norte e Sul, países ricos e países pobres —, mas são menos importantes do que reconhecer que essa hierarquia existe e está sendo aprofundada. A hierarquia não é hoje entre países apenas, é entre setores econômicos, grupos sociais, regiões, saberes, formas de organização social, culturas e identidades. A hierarquia é o efeito acumulado das desigualdades das relações entre as formas dominantes e as formas dominadas de cada um desses campos.

Penso que essa hierarquia se expressa hoje de duas formas: na dicotomia global-local em que o local é a forma subordinada da realidade ou entidade com capacidade para se autodesignar como global; e na tricotomia centro, semiperiferia e periferia que se aplica especialmente, mas não exclusivamente, a países. Esta última hierarquia foi determinante na concepção deste projeto. Dominam neste projeto países semiperiféricos ou, se se preferir, países de desenvolvimento intermediário: dois na América Latina, Brasil e Colômbia; um na Ásia, Índia; um na África, África do Sul e um na Europa, Portugal. A hipótese de trabalho que presidiu a esta escolha foi a de que, por um lado, é nestes países que mais intensamente colidem hoje as forças da globalização hegemônica e as forças da globalização contra-hegemônica e, por outro, que

estes países, apesar de estarem fora dos centros hegemônicos de produção de ciência, constituíram, ao longo dos anos, fortes e por vezes numerosas comunidades científicas.

Estas comunidades científicas têm enfrentado, mais do que quaisquer outras, uma dupla disjunção: por um lado, a discrepância e inadequação das teorias e quadros analíticos desenvolvidos na ciência central para analisar adequadamente as realidades dos seus países; por outro lado, a incapacidade passiva ou a hostilidade ativa da ciência central em reconhecer o trabalho científico produzido nesses países de maneira autônoma e sem obediência servil aos cânones metodológicos e teóricos e aos termos de referência desenvolvidos pelos centros hegemônicos de produção científica e por eles exportados, quando não impostos, em nível global.

Aos cientistas sociais da semiperiferia aplica-se melhor do que a quaisquer outros o que o crítico literário cubano Roberto Retamar disse a respeito do leitor colonial: “Não há ninguém que conheça melhor a literatura dos países centrais que o leitor colonial.” De fato, os cientistas sociais da semiperiferia tendem a conhecer bem a ciência central e a conhecê-la melhor que os cientistas centrais, porque conhecem os seus limites e muitas vezes buscam as alternativas para superá-los. É uma condição mais complexa quando comparada com a condição dos cientistas sociais dos países centrais com a condição dos cientistas sociais dos países periféricos. Os primeiros, os cientistas centrais, em sua esmagadora maioria não conhecem e, se conhecem, não valorizam o conhecimento científico produzido na semiperiferia ou na periferia. Este é considerado inferior em tudo o que for diferente ou alternativo. Por isso, é facilmente canibalizado, convertido em recurso ou matéria-prima pela ciência central. No plano organizacional, o resultado é a proletarianização dos cientistas periféricos e semiperiféricos. Por sua vez, os cientistas sociais dos países periféricos, além de trabalharem nas condições mais precárias e sujeitos a todo o tipo de perseguições, sentem-se isolados, não conhecem nem apreciam o trabalho na semiperiferia e quando conseguem vencer o isolamento procuram compensá-lo com lealdades acrílicas à ciência central. A inclusão de Moçambique no projeto teve por objetivo ilustrar a possibilidade de relações alternativas entre a periferia e a semiperiferia do sistema mundial.

O objetivo epistemológico deste projeto é, pois, o de congregar um número significativo ou uma massa crítica de pesquisadores majoritariamente da semiperiferia, trabalhando em diferentes países e continentes, que, em conjunto e sem a tutela da ciência central, seja capaz de reivindicar a possibilida-

de de uma outra ciência menos imperial e mais multicultural, de uma outra relação mais igualitária entre conhecimentos alternativos (práticos, de senso comum, tácitos, plebeus etc.) e sobretudo a possibilidade de pôr essa constelação de conhecimentos a serviço da luta contra as diferentes formas de opressão e de discriminação, em suma, a serviço das tarefas de emancipação social.

É, neste sentido, um projeto pioneiro e inovador, mas, como todos os projetos deste tipo, está sujeito tanto ao fracasso pela inviabilidade, como ao fracasso pelo êxito fácil, ou seja, pela cooptação hegemônica. Consciente dessas vicissitudes, tomamos algumas precauções que, vistas da perspectiva da ciência hegemônica, são violações irresponsáveis dos cânones metodológicos.

Em primeiro lugar, este projeto não tem um quadro teórico estruturado. Em vez disso, tem apenas um conjunto de amplas orientações que constituem um horizonte dentro do qual cabem vários quadros teóricos. Aliás, as próprias orientações estão conscientes de que tanto orientam como desorientam, sobretudo se tivermos em mente que neste projeto reúnem-se não apenas comunidades científicas diferentes, mas também culturas diferentes. Por exemplo, pode a emancipação social significar o mesmo em um contexto cultural, o oriental, em que o tempo é senhor e indisponível, e num contexto cultural, o ocidental, em que o tempo é escravo e mercadoria? Em segundo lugar, este projeto não estabelece nenhuma metodologia; abre-se às diferentes metodologias pelas quais optarem os pesquisadores. Em terceiro lugar, não dispõe de um conjunto de hipóteses de trabalho e muito menos de termos de referência. Muito propositadamente, este projeto assume que o que é definido previamente é apenas o que é estritamente necessário para incentivar os cientistas sociais a unirem esforços em objetivos comuns e suficientemente importantes para serem ativamente partilhados. A teoria deste projeto tem, pois, de ser construída coletivamente, de baixo para cima. Os conceitos básicos têm de ser trabalhados em conjunto.

Estas violações do cânone metodológico não são cometidas impunemente. Envolve o risco do caos e da cacofonia. Penso, no entanto, que, neste momento, correr este risco é a única alternativa à proletarianização ou mercenarização científica.

Por último, e ainda contra a ortodoxia epistemológica, este projeto assume explicitamente a pluralidade dos conhecimentos rivais e alternativos e procura dar-lhes voz, sobretudo no subprojeto das *Vozes do mundo*. Também à revelia do cânone, o que este projeto privilegia é a definição de um

vasto campo analítico, muito pouco carregado de conceitos teóricos ou empíricos, mas definido segundo uma orientação geral: a identificação de campos sociais nos quais o conflito entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica se prevê ser ou vir a ser mais intenso; campos sociais conflitivos que são também campos de conflitos entre conhecimentos rivais e em que a prioridade analítica é dada às lutas que resistem à globalização hegemônica e propõem alternativas a ela. É pela prioridade dada à globalização contra-hegemônica que antevemos a possibilidade de contribuir para a reinvenção da emancipação social. Em outras palavras, a ciência é para nós um exercício de cidadania e de solidariedade e a sua qualidade é aferida em última instância pela qualidade da cidadania e da solidariedade que promove ou torna possível. Aqui reside o segundo objetivo deste projeto — a reinvenção da emancipação social —, também ele ambicioso, heterodoxo, pouco científico à luz do canône e pleno de dificuldades e mesmo de antinomias.

3. A REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Este objetivo levanta três dificuldades principais que são outros tantos desafios. A primeira dificuldade diz respeito à própria noção de globalização contra-hegemônica. O que faz com que um conjunto de iniciativas ou movimentos seja considerado uma forma de globalização? Muitas das iniciativas e movimentos que são analisados neste projeto são locais, ocorrem em espaços-tempos muito circunscritos. É certo que em muitas delas é possível identificar articulações e alianças com outras iniciativas ou organizações estrangeiras ou transnacionais, parecendo então legítimo falar-se de globalização. Mas suponhamos que iniciativas diferentes, ainda que com algumas semelhanças, por exemplo, na área da democracia participativa, ocorram no mesmo período em diferentes partes do mundo, mas sem que se conheçam umas às outras ou sem que haja quaisquer contatos entre elas. Esta ocorrência simultânea é suficiente para que possamos falar de globalização das iniciativas?

A concepção dominante da globalização contra-hegemônica tende a restringi-la aos movimentos e organizações não governamentais transnacionais e às suas dramáticas aparições em Seattle, Montreal, Washington, Genebra, Davos, Praga e Porto Alegre. Sem dúvida que este movimento democrático transnacional, de ativismo sem fronteiras, é uma forma de globalização con-

tra-hegemônica. Mas não devemos esquecer que esse movimento é baseado em iniciativas locais destinadas a mobilizar lutas locais, mesmo que para resistir a poderes translocais, nacionais ou globais. Por outro lado, centrar demasiadamente a análise em ações dramáticas de âmbito global — ou seja, ações que tendem a ocorrer em cidades dos países centrais que suscitam a atenção dos meios de comunicação globais — pode fazer esquecer que a resistência à opressão é uma tarefa quotidiana, protagonizada por gente anônima, fora da atenção e que sem essa resistência o movimento democrático transnacional não é auto-sustentável. Será que entramos em uma época em que a distinção local/global deixou de fazer sentido? Será que tudo o que é local é global e vice-versa? Haverá locais, por assim dizer, desglobalizados?

Mas se é difícil definir os limites do que se considera global, ainda é mais difícil definir o que se considera contra-hegemônico. É demasiado fácil definir como contra-hegemônica toda a iniciativa que resiste e cria alternativas à lógica do capitalismo global. Sabemos que a opressão e a dominação têm muitas faces e que nem todas são diretamente um efeito do capitalismo global, como a discriminação sexual, a discriminação étnica ou xenofóbica e mesmo a arrogância epistemológica. É, aliás, possível que algumas iniciativas que se apresentam como alternativas ao capitalismo global sejam, elas próprias, também uma forma de opressão. Por outro lado, uma iniciativa que em um dado país, uma dada comunidade, um dado momento, é vista como contra-hegemônica pode ser vista em outro país ou outro momento como hegemônica. Finalmente, iniciativas ou movimentos contra-hegemônicos podem ser cooptados pela globalização hegemônica sem que disso se dêem conta os seus ativistas ou vejam nisso um fracasso. Podem até ver nisso uma vitória.

A segunda grande dificuldade, e portanto, o segundo grande desafio, é a articulação que pretendemos identificar entre a globalização contra-hegemônica e a emancipação social. O que é, afinal, a emancipação social? É possível ou legítimo defini-la abstratamente? Se é verdade que não há uma, mas várias globalizações, não será igualmente verdade que não há uma, mas várias formas de emancipação social? Tal como a ciência, não será a emancipação social de natureza multicultural, definível e validável apenas em certos contextos, lugares e circunstâncias, uma vez que o que é emancipação social para um grupo social ou em um dado momento histórico pode ser considerado regulação ou mesmo opressão social para outro grupo social ou em um momento histórico seguinte ou anterior? Todas as lutas contra a opres-

são, quaisquer que sejam os seus meios e objetivos são lutas pela emancipação social? Há graus de emancipação social? É possível a emancipação social sem a emancipação individual? Emancipação social para quem e para quê, contra quem e contra quê? Quem são os agentes da emancipação social? Há algum agente privilegiado? As forças sociais e institucionais hegemônicas, como, por exemplo, o Estado, podem ser cúmplices ou colaboradores ativos de ações de emancipação social? Para que tipo de ações e em que condições?

Se falamos de reinvenção da emancipação social, quer isto dizer que houve outras formas de emancipação antes daquela por que lutamos? Como definir essas formas anteriores? Por que deixaram de ser credíveis? Como definir o seu fracasso? Estaremos lutando por novos conteúdos de emancipação social ou pelos velhos conteúdos apenas apresentados segundo novos discursos ou prosseguidos por novos processos?

Mais radicalmente, falar de emancipação social não é falar a linguagem hegemônica que tornou impronunciáveis as aspirações de tantos povos e grupos sociais subjugados pela ciência e pela economia política eurocêntricas? Corremos o risco de promover a opressão social usando a linguagem da emancipação social? Como alternativa, podemos atingir todos os nossos objetivos científicos e políticos sem usar o conceito de emancipação social?

A terceira dificuldade e o terceiro desafio são, no meu entender, os mais dilemáticos mas também os mais interessantes. Dizem respeito à escolha dos temas propostos para simultaneamente experimentar caminhos novos de produção de conhecimento e averiguar as possibilidades de emancipação social. Os cinco temas propostos são: a democracia participativa; os sistemas alternativos de produção; o multiculturalismo emancipatório, a justiça e a cidadania culturais; a biodiversidade e os conhecimentos rivais; e o novo internacionalismo operário. Por que estes temas e não outros? Por que analisados nos países escolhidos e não em outros? Se é verdade que a globalização produz localização e também produz tanto homogeneização como diferenciação, é possível que estes temas tenham a mesma relevância nos diferentes países? É possível sequer que tenham o mesmo significado? E se é possível detectar alguma coerência entre eles, essa coerência pode ser estabelecida sem recorrer a uma teoria geral da qual há muito nos desiludimos por ser demasiado teórica e muito pouco geral?

Os temas foram escolhidos por me parecerem ser aqueles em que os conflitos epistemológicos, socioeconômicos, culturais e políticos entre o Norte e o Sul, entre o centro e as periferias são hoje mais intensos e continuarão a

sê-lo nas próximas décadas. Trata-se do resultado de uma verificação empírica ainda não devidamente teorizada. Esta verificação não obrigava de modo nenhum à escolha específica dos países que foi feita. A seleção geral de países foi teoricamente determinada pela tese da semiperiferia que formulei acima. Quis, além disso, que houvesse um país semiperiférico de cada um dos grandes blocos geo-regionais em que se divide a globalização hegemônica: Europa, Américas e Ásia, sendo África o exemplo paroxístico da integração por via da exclusão. Esta escolha resultou de trabalhos meus anteriores nos quais procurei mostrar que, embora a semiperiferia seja um conceito que vigora no sistema mundial em seu todo, os países semiperiféricos assumem papéis de intermediação e características sociopolíticas muito distintas conforme o bloco regional em que se inserem. Estas diferenças resultam basicamente do efeito acumulado das globalizações anteriores em cada um dos países e, portanto, das vicissitudes da trajetória histórica específica por intermédio da qual os países entraram, quase sempre forçadamente, em contato com a modernidade ocidental. Dentro deste critério, era possível escolher vários países. Escolhi por critérios pragmáticos. Escolhi alguns países em que já realizara pesquisa (Portugal, Brasil, Colômbia e Moçambique) e países que não conhecia de todo, mas que, por razões insondáveis, me atraíam poderosamente: a Índia e a África do Sul.

4. CONCLUSÃO

As preocupações epistemológicas, teóricas e políticas que sustentaram este projeto de pesquisa estão ancoradas, como não podia deixar de ser, no meu trabalho anterior, especialmente no livro *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, publicado em Nova York pela Routledge, em 1995, e cuja publicação em português, em quatro volumes, está em curso. O primeiro volume, intitulado *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, já foi publicado pela Cortez Editora, de São Paulo, em 2000.

Entre outras, cheguei a duas conclusões nesse trabalho que se me revelaram fundamentais para a concepção deste projeto. A primeira conclusão era que o paradigma da ciência moderna estava exaurido, atravessava uma crise final e que por isso estávamos entrando em uma fase de transição paradigmática que certamente duraria várias décadas. Isto significava que a per-

da de confiança epistemológica abria espaços para a inovação, ainda que durante muito tempo a crítica da epistemologia fosse muito mais avançada que a epistemologia da crítica. Em outras palavras, parecia-me que, por mais lúcidas e radicais que fossem as nossas críticas da epistemologia científica dominante, o nosso trabalho concreto de cientistas sociais ficaria a dever ao paradigma dominante, em termos metodológicos conceituais e analíticos, muito mais do que nós estaríamos dispostos a admitir.

Daí que, para maximizar a inovação, fosse necessário partir de comunidades científicas não hegemônicas, como já disse, e criar desorientação teórica e analítica de modo a que nenhum dos pesquisadores se sentisse obrigado a seguir outros caminhos que não os seus. Por isso, houve de fato teorização, mas teorização por omissão, pelo silêncio da teoria. Por outro lado, a confrontação que pretendi suscitar não foi apenas entre teorias e metodologias diferentes, foi também entre conhecimentos diferentes. Por essa razão, incluí, como subprojeto, as *Vozes do mundo*, com o objetivo de confrontar as análises científicas com outras visões do mundo, da vida e, sobretudo dos temas escolhidos, protagonizadas por ativistas e líderes de movimentos e organizações populares que aprenderam na luta da resistência contra os poderes hegemônicos o saber prático que afinal faz mover o mundo e, mais do que qualquer outro, dá sentido ao mundo.

A segunda conclusão daquele livro era que a sociologia se preocupava demasiado tempo com discussões teóricas estéreis como, por exemplo, a relação entre estrutura e ação ou entre a análise macro e a análise micro e que, em meu entender, a distinção e a relação fundamental a fazer era entre ação conformista e ação rebelde. Esta distinção sustenta-se na prática por comportamentos e atitudes face às formas e dinâmicas de poder em circulação na sociedade. Daí que tenha dedicado muita atenção aos modos de produção de poder. Procedi então a uma análise estrutural-fenomenológica das formas de poder social. Distingui seis formas de poder, confirmadas socialmente por ações conformistas e contestadas socialmente por ações rebeldes. Limito-me aqui a enunciar, sem qualquer ordem de precedência, as seis formas de poder: patriarcado, exploração, fetichismo das mercadorias, diferenciação identitária desigual, dominação e troca desigual. Continuam a ser estes, para mim, os principais rostos da opressão nas sociedades contemporâneas.

Na minha concepção, as ações rebeldes, quando coletivizadas, são a resistência social a estas formas de poder e, na medida em que se organizam segundo articulações locais-globais, constituem a globalização contra-hege-

mônica. Cada um dos temas confronta de modo privilegiado uma ou várias destas formas de poder. Assim, a democracia participativa confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual; os sistemas de produção alternativos confrontam em especial a exploração, o fetichismo das mercadorias e a troca desigual; o multiculturalismo emancipatório e as justiças e cidadanias alternativas resistem em especial à diferenciação identitária desigual, à dominação e ao patriarcado; a biodiversidade e os conhecimentos rivais confrontam privilegiadamente a troca desigual, a exploração e a diferenciação identitária desigual; finalmente, o novo internacionalismo operário resiste em especial à exploração, à troca desigual e ao fetichismo das mercadorias.

Trata-se de uma proposta teórica que a seu tempo será desenvolvida no sétimo volume desta coleção. O importante a reter nesta proposta é que todas as lutas consideradas neste projeto de pesquisa confrontam todas as formas de poder, mas cada uma delas tem, como alvos privilegiados, apenas algumas destas formas de poder. Esta distinção é fundamental para discutir em cada contexto histórico e social as lutas a privilegiar.

Em geral, apenas se pode dizer que nenhuma luta e, portanto, nenhum tema de confrontação ou conflito social detém um privilégio geral e abstrato na concepção deste projeto. Mas, por outro lado, isto não significa que todas as lutas tenham em todos os lugares, tempos e circunstâncias a mesma prioridade.

Esta proposta teórica baseia-se na idéia utópica de uma exigência radical: é que só haverá emancipação social na medida em que houver resistência a todas as formas de poder. A hegemonia é feita de todas elas e só pode ser combatida se todas forem simultaneamente combatidas. Uma estratégia demasiadamente centrada na luta contra uma forma de poder, mas negligenciando todas as outras, pode, por mais nobres que sejam as intenções dos ativistas, contribuir para aprofundar em vez de atenuar o fardo global da opressão que os grupos sociais subalternos carregam no seu quotidiano.